

AUTORES

JOÃO ARAMI MARTINS PEREIRA

Professor Mestre do curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Laranjeiras do Sul, ampeco1954@yahoo.com.br – Rodovia BR-158, Km 405, Laranjeiras do Sul – PR.

PEDRO SELVINO NEUMANN

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação de Extensão Rural – PPGExR, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. neumannps@yahoo.com.br.

VINICIUS CLAUDINO DE SÁ

Professor Doutor do Departamento de administração da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, viniciusclaudino@gmail.com –

Um estudo sobre Valor Agregado: Os Casos de Produtores de Uvas Tradicionais e Agroindustrial no município de Jaguari - RS.

ABSTRACT

This present study has the objective to describe and compare three traditional agribusiness and farmers for the grape culture in the city of Jaguari/RS, in 2009, based on value added. Initially developed a literature review regarding the concept and scope of the variables involved in the index. Statistical data were collected at the national, state and municipal government agencies on the issue. Conclude that for exercise covered the traditional farmers, that is, sell the grape "in natura" can little added value compared with the agroindustrial producer (produces wine and derivatives). Thus, the agroindustrial producer significantly increases its value added and it is proposed that the city increase the transformation of its raw materials for agro-industrial products in their own territory.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo descrever e comparar três produtores rurais tradicionais e agroindustriais para a cultura da uva no município de Jaguari/RS, no exercício de 2009, com base no Valor Adicionado. Inicialmente, desenvolveu-se uma revisão da literatura referente ao conceito e abrangência das variáveis que participam na composição do índice. Foram levantados dados estatísticos junto a órgãos públicos nacional, estadual e municipal sobre o tema. Conclui-se que para exercício analisado os produtores rurais tradicionais, ou seja, que vendem a uva "in natura" conseguem pouco valor agregado se comparado com o produtor agroindustrial (produz vinho e derivados). Dessa maneira, o produtor agroindustrial aumenta significativamente seu valor adicionado e propõe-se que o município aumente a transformação de suas matérias primas em produtos agroindustriais no próprio território.

1 INTRODUÇÃO

A busca de eficiência no desempenho econômico trouxe à tona o tema da evolução do valor agregado municipal, que numa descrição simplificada, corresponde à diferença entre o valor das saídas e das entradas de mercadorias, acrescido das prestações de serviços de transportes e comunicações. Em termos macroeconômicos, é o valor dos bens produzidos por uma economia, depois de deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros (matérias-primas, serviços, bens intermediários e outros insumos), utilizados na produção. Em uma empresa, o valor adicionado é a contribuição adicional de um recurso, atividade ou processo para a fabricação de um produto ou prestação de um serviço.

Valor econômico adicionado ou simplesmente **valor adicionado** ou, ainda, **valor agregado**, é uma noção que permite medir o valor criado por um agente econômico. É o valor adicional que adquirem os bens e serviços ao serem transformados durante o processo produtivo, em função de suprir necessidades dos agentes econômicos.

Para se chegar ao entendimento de qual a importância da demonstração do valor adicionado, primeiramente é necessário entender o que é o valor adicionado ou valor agregado.

Segundo Montoro Filho (1992: p. 27), Valor Agregado é definido como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim, o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva.

Conforme Oliveira, et. allí (2004: p. 184), referindo-se ao conceito de valor adicionado:

EVA: *economic value added*, ou valor econômico adicionado é o mais “novo” instrumento de medida de valor. O objetivo principal de todas as empresas deve ser a maximização dos lucros dos detentores de capital, isto é, remunerar os donos do dinheiro. É a medida de desempenho financeiro que vê mais de perto, do que outro instrumento, o lucro econômico verdadeiro de uma empresa.

A soma das importâncias agregadas representa na verdade a soma das riquezas criadas, no âmbito estabelecido.

Rodrigues (2005: p.19), define que, “[...] com base na DVA é possível identificar os benefícios da empresa para a região e, por meio da análise extraída da própria demonstração, verificar como está sendo o seu comportamento”.

A riqueza total de um país pode ser obtida pela soma dos valores agregados pelas pessoas físicas, pessoas jurídicas com fins lucrativos, o governo, associações, fundações e demais entidades sem fins lucrativos. Esse somatório de valores é conhecido como PIB – Produto Interno Bruto.

Berbel (2004, p.145), ressalta que, “[...] a sistemática do EVA mostra o verdadeiro retorno produzido pela empresa ao considerar o custo de capital dos investidores no resultado do período”.

O EVA (*Economic Value Added*), do ponto de vista econômico, é uma ferramenta de gestão que permite a empresa medir o lucro líquido realmente obtido pelas suas atividades, sendo definida como uma forma de calcular esse lucro, depois de deduzidas a remuneração das fontes de financiamento, inclusive o capital dos investidores.

Segundo Marion (2001, p. 243), “[...] o Valor Adicionado ou Valor Agregado é muito comum nos países da Europa Ocidental, esses valores procuram evidenciar para quem a empresa está canalizando a renda obtida”.

Entende-se que, realmente a sistemática do EVA mostra o verdadeiro retorno produzido pela empresa ao considerar o custo de capital dos investidores no resultado do período.

Percebe-se entre os autores citados, que as siglas EVA - *Economic Value Added* e DVA - Demonstração do Valor Agregado, têm o mesmo objetivo, ou seja, o mesmo significado.

Os autores Oliveira (2004), Rodrigues (2005), Berbel (2004) e Marion (2001), são unânimes em suas definições em que a DVA realça o retorno produzido por uma organização quando considera o custo de capital dos investidores no resultado de determinado período.

O conceito de valor adicionado é uma forma alternativa e a mais operacional para medir o produto e a renda nacional do que diretamente pela soma de produtos finais, já que a conceituação de bem final não é muito simples, depende do uso que se fará posteriormente, sendo difícil aferi-lo a partir do fabricante. Por exemplo, a gasolina vendida nos postos pode ser utilizada tanto como bem final para o consumidor, como bem intermediário para uma empresa.

Já a Lei Federal nº 63, de 11/01/1990, conceitua o valor adicionado (VA) e dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas e a Lei Estadual nº 11.038, de 14/11/1997, dispõe sobre os parâmetros que a Constituição Federal incumbe aos Estados e Distrito Federal.

Para exemplificar o conceito de valor adicionado, utilizamos a produção de pão.

Variáveis	Trigo	Farinha	Pão	Observação
(a) Receita Bruta de Vendas (VBP)	100,00	400,00	1.000,00	PN=DN=1.000,00
(b) Compras Intermediárias	0,00	100,00	400,00	
Valor Adicionado (a-b)	100,00	300,00	600,00	RN=1.000,00
	Renda paga pelo setor de trigo aos fatores de produção (VA trigo)	Renda paga pelo setor de farinha aos fatores de produção (VA Farinha)	Renda paga pelo setor de panificação aos fatores de produção (VA Pão)	

Fonte: Adaptada de Rezende (2001: p. 210).

O problema da dupla contagem no cálculo do produto pode ser resolvido de duas formas:

1. computar, na apuração do produto, somente o valor dos bens e serviços finais. No exemplo, somente seria computado o valor dos pães, que é o produto final (não é utilizado para a produção de outros bens);

2. computar, na apuração do produto, somente os valores adicionados em cada etapa do processo de produção. Assim, seriam computados o valor da produção do trigo na fazenda e os valores agregados (de salários, juros, lucros, aluguéis) pelo moinho e pela padaria. O exemplo acima mostra o método do valor adicionado. O valor adicionado está diretamente relacionado ao segundo conceito macroeconômico básico: o de renda nacional (remunerações pagas aos fatores de produção mobilizados pelas empresas).

Até aqui se ressaltou o conceito de valor adicionado tendo em vista que sua importância está na sua contribuição de 75% para a formação do índice de retorno do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Ou seja, a Constituição Federal determina que os Estados repassem aos municípios 25% do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e

Intermunicipal, e de Comunicação (ICMS) arrecadado. Compete à Secretaria da Fazenda do Estado apurar o índice de participação de cada município.

Os dados utilizados para o cálculo do Valor Adicionado são informados pelos contribuintes do ICMS e produtores primários, através das Guias Informativas Anuais. Os demais parâmetros são fornecidos por Órgãos Oficiais, conforme disposto na Lei nº 11.038, acima mencionada. O Valor Adicionado Fiscal corresponde à diferença entre as saídas e as entradas de mercadorias e serviços realizadas pelos contribuintes do ICMS em cada município, declaradas na Guia Informativa Anual.

Conforme a SEFAZ - RS, o índice de participação é calculado a partir das seguintes variáveis:

Tabela 1 - Participação das Variáveis no Quociente de Participação dos Municípios no ICMS.

Variáveis	Participação
- Valor Adicionado do Município	75,0%
- População do Município	7,0%
- Área territorial do Município	7,0%
- Número de propriedades rurais do Município	5,0%
- Mortalidade Infantil	1,0%
- Evasão Escolar	1,0%
- Projeto Integração	0,5%
- Produção Primária	3,5%

Fonte: SEFAZ RS

Desta maneira, tanto o estado Gaúcho como o município de Jaguarí, dependem do volume da atividade econômica que as empresas e os produtores rurais informam às autoridades competentes. Que através das variáveis descritas na Tabela 1 elaborase o índice de cada município riograndense para constituir os 100% da totalidade do Estado. Assim, conseguem acessar recursos da QPM-ICMS, referentes aos 25% do ICMS destinados às administrações municipais.

O presente estudo tem por objetivo descrever e comparar o desempenho do valor agregado para produtores tradicionais e agroindustriais da cultura da uva, no Distrito de Chapadão, no município de Jaguarí/RS, no exercício de 2009. A partir deste objetivo principal, é possível desdobrar alguns objetivos específicos, a saber: descrever o conceito e as variáveis que participam do valor adicionado, bem como levantar dados sobre a contribuição de grupos de atividades para a formação do índice da QPM-ICMS, além disso, demonstrar o desempenho de cada setor produtivo do município, e por fim, apresentar os resultados de três produtores de uvas do Distrito de Chapadão, no município de Jaguarí/RS, para o exercício de 2009.

Então, a questão que se coloca, qual a importância do valor agregado de produtores tradicionais de uva e produtor agroindustrial de uva do Distrito de Chapadão, no município de Jaguarí/RS?

A seguir, demonstra-se a evolução de grupos de atividades, o valor agregado bruto dos setores agropecuário, industrial e de serviços, bem como sua participação no valor adicionado do município de Jaguarí, e analisam-se os resultados dos três produtores do Distrito de Chapadão.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARÍ

Segundo Jurandir Pires Ferreira com base no texto da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Volume XXXII, Rio de Janeiro, 1959. O local onde atualmente está o município de Jaguari teve como primeiros habitantes os índios Guaranis. Em 1632, quando o Padre Romero, superior das reduções do Uruguai, e mais os padres Manuel Bertot e Luiz Ernot, vieram reunir-se com Cristóvão de Mendonza e Paulo Benevides, fundaram, na margem direita do rio Jaguari, a redução de São Tomé.

Há informações sobre a existência de outras reduções na região, entretanto, a mais prospera foi a de São Tomé, situada onde hoje se localiza a cidade de mesmo nome. São Tomé, como as demais reduções, não teve um período de duração muito longo. As mesmas passaram por vários transtornos como a ameaça de onças, pestes, fome e o perigo da invasão bandeirante. Estes fatores reduziram consideravelmente a população da aldeia de São Tomé que chegou a alcançar 1.800 almas.

Por volta de 1638, São Tomé foi transferida para a margem direita do rio Uruguai, quase em frente à cidade de São Borja. Após decorreu muito tempo até que novos acontecimentos surgissem no antigo berço das Missões Jesuíticas.

Em 29.04.1871 foi criada uma colônia agrícola para nacionais e estrangeiros na costa da Serra Geral que margeia o rio Jaguari Grande, no distrito de São Vicente, entre o município de São Gabriel. No ano de 1877, começou o povoamento da 4ª Colônia de Silveira Martins, enquanto a nossa aqui ficou aguardando para ser povoada.

Não havendo mais terras devolutas naquela região, alguns imigrantes desviaram de Silveira Martins para a região de “matas” entre São Vicente, Santiago do Boqueirão e Julio de Castilhos, chamada de Jaguari, devido ao rio que a percorre (Rio do Jaguar). Nesse local, a Comissão de Medição já havia demarcado 78 lotes de 25 hectares cada um, para o futuro núcleo de Jaguari e iniciado a construção do barracão que deveria abrigar não só o pessoal da Comissão como também os imigrantes recém chegados.

O Núcleo Colonial instalou-se em 1889 a margem direita do Rio Jaguari. A urbanização foi planejada e demarcada pelo Engº José Manuel de Siqueira Couto, acompanhado dos primeiros imigrantes italianos que obtiveram seus lotes. A estes se seguiram os húngaros, poloneses, russos, brasileiros, alemães e outros.

Os primeiros colonizadores foram organizando suas habitações e lavouras em meio à mata virgem, onde a flora e a fauna eram exuberantes e variadas. Nas muitas comunidades que iam se formando, erguia-se, no centro, a capela dedicada ao Santo de sua devoção. Ao lado, surgia o salão que, após as devoções, era ponto reunião para conversa entre amigos e realização de festas e jogos. A religião entre os imigrantes foi sempre fator de integração.

O distrito de Jaguari foi criado pelo Ato Municipal de 15.02.1893 ao município de São Vicente do Sul mesmo ano teve início a construção da Igreja atriz, projetada por Pelegrini e decorada pelo pintor Angelo Lazzarini, sendo colocado em uma das torres um grande relógio, ainda hoje em perfeito funcionamento. A Igreja tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição e teve sua obra concluída em 1907.

Por volta de 1894, a população de Jaguari aproximava-se dos oito mil habitantes, cerca de 2.170 famílias. Neste período teve início a instrução pública com dois professores: o Sr. Gregório Cony e a Srª. Guilhermina de Lemos Javorski. Ainda neste ano, foi instalada a iluminação a querosene por particulares, o que deu grande impulso ao núcleo que se orgulhava do seu desenvolvimento.

Na sede do distrito havia 88 contribuintes do Imposto de Indústrias e Profissões e o comércio mantinha-se ativo com a capital e as demais cidades. Em 1899, quando houve a encampação do serviço de iluminação pública, ocorreu, de forma festiva, a inauguração da ponte Julio de Castilhos sobre o rio Jaguari. Assim como o sistema rodoviário, também o

ferroviário foi uma constante preocupação do Administrador da Colônia, no que resultou na ampliação do ramal ferroviário de Dilermando de Aguiar até Jaguari.

O município de Jaguari foi Capela Curada em 12.12.1889 passando a ser Paróquia em 08.12.1915. Em 16 de agosto de 1920 Jaguari elevou-se a categoria de município possuindo quatro distritos: 1°. (sede), 2°. (Santo Izidro), 3°. (Ijucapirama) e 4°. (Taquarichin).

O território de Jaguari pertence à microrregião de Santa Maria, segundo o IBGE, composta pelos municípios de Cacequi, Dilermando de Aguiar, Itaara, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santa Maria, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Toropi e Vila Nova do Sul, localizados no centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme o IBGE, 2009, a superfície do município de Jaguari é de 673,46 Km², distante aproximadamente 400 km de Porto Alegre e 105 km de Santa Maria, centro geográfico do Estado. Marco da colonização do território sul-rio-grandense está distante 300 km de Uruguaiana portal de entrada na Argentina. Jaguari tem uma população estimada de 11.626 habitantes (IBGE, Contagem 2007), numa altitude média de 160 metros, clima subtropical, tendo como principal via de acesso a Rodovia BR 287.

Conta com a “Rota Nostra Colonia”, que além de representar toda a história da colonização italiana em Jaguari, mostra a organização de uma comunidade rural “o Chapadão”, que é o berço da colonização e que continua com as suas características coloniais, com suas casas de pedras, suas cantinas, suas histórias, seus parreirais, suas pequenas propriedades com sua gente simples e orgulhosa por cultivar a sua própria terra. O Chapadão é o local mais elevado da região, característico pelos seus invernos rigorosos, com nevoeiro e vento muito frio e na primavera um colorido muito especial da sua vegetação natural, seus parreirais e o seu relevo privilegiado, tornam o Chapadão um verdadeiro “cartão postal”.

Antes de comparar os produtores de uva, tradicional e agroindustrial, cabe ressaltar a importância do setor agropecuário do município, com desempenho mais do que dobrado em relação ao setor industrial. Dessa forma, o setor industrial é o terceiro em desempenho, demonstrando que os produtos são vendidos “in natura” para outros municípios da região, de outras regiões e até para outros estados brasileiros.

No Quadro 1, a seguir pode-se melhor vislumbrar o comportamento do valor adicionado por grupo de atividades produtivas, demonstrando que o setor serviços (de atividades comercial atacadista e varejista) estão bastante acima dos demais, mas que nos anos de 2008 e 2009, sofreram reduções em função da própria conjuntura nacional e global, vindo a se recuperar nos anos de 2010 e 2011.

Quadro 1 - PIB Total e por Setores da Economia de Jaguari, a preços correntes.

	2008	2009	2010	2011
VAB - Agropecuária	34.343.000	44.384.000	55.105.000	43.098.000
VAB - Indústria	15.343.000	18.975.000	19.905.000	21.015.000
VAB - Serviços	62.705.000	69.256.000	83.946.000	88.530.000
Impostos	5.681.000	5.940.000	6.777.000	7.174.000
PIB a preços correntes	118.404.000	138.555.000	165.732.000	159.817.000

Fonte: IBGE

Tal comportamento demonstra que os produtos primários acrescentam pouco valor agregado nos limites territoriais do próprio município, ou seja, são vendidos “in natura” para outras regiões, inclusive a produção de uva, que sua transformação em outros produtos, está atrelada a pequena quantidade de vinho vendido para fora da municipalidade.

3 O VALOR AGREGADO DE PRODUTORES TRADICIONAIS E AGROINDUSTRIAL DO DISTRITO DE CHAPADÃO, NO MUNICÍPIO DE JAGUARÍ/RS.

3.1 Dados das entrevistas e questionários

Este trabalho é parte de um estudo mais amplo realizado no município de Jaguarí, Numa das etapas foi realizada uma entrevista semi estruturada com um respondente qualificado, que deveria ter como perfil, o conhecimento da realidade do local, saber da história e ter o interesse de participar da entrevista.

Para a aplicação dos questionários foram escolhidas três famílias com características distintas e que pudessem ajudar a entender a realidade do local de pesquisa, os questionários tinham informações da família, da produção do estabelecimento rural e sobre possíveis investimentos e planejamentos da família. No intuito de manter a privacidade dos participantes da pesquisa, optou-se por não revelar nomes e sim utilizar um código para identificação dos dados, onde a família 1 – tem o código Isabel – produtor tradicional, a família 2 – Bordô – produtor agroindustrial e a família 3 tem código Goethe – produtor tradicional. Ressalta-se que estes códigos equivalem as variedades de uvas mais plantadas na região do Chapadão.

No quadro 2 observa-se características diferentes nas famílias pesquisadas, a família 1(Isabel) tem 3 membros na faixa etária que vai dos 20 aos 49 anos, uma idade de maturidade produtiva para os trabalhos na agricultura, o que pode significar uma melhor distribuição das atividades na propriedade, dos outros membros que compõem a família um esta na faixa dos 10 a 14 anos e o outro acima dos 70 anos. Com relação ao nível de escolaridade apenas 1 completou o segundo grau.

Quadro 2: Distribuição do núcleo familiar por sexo

Discriminação	Núcleo familiar	Sexo	
		Masculino	Feminino
Família 1 (Isabel)	5	3	2
Família 2 (Bordô)	4	3	1
Família 3 (Goethe)	6	3	3

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Analisando a família 2(Bordô) pode se observar que apesar de menor que a família 1, ela tem 3 pessoas numa faixa etária produtiva e 1 uma entrando na terceira idade, mas que ainda pode assumir tarefas na propriedade. Com relação ao nível de escolaridade 2 terminaram o segundo grau e os outros dois membros terminaram o primeiro grau.

Quadro 3: Distribuição do núcleo familiar por faixa etária

Discriminação	Faixa etária (anos) *															
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	
Família 1 (Isabel)			1		1				1	1					1	
Família 2 (Bordô)							2				1			1		
Família 3 (Goethe)		1	1					1	1		1			1		

Fonte: pesquisa de campo (2009)

* A de 0 a 4 anos, B de 5 a 9 anos, C de 10 a 14 anos, D de 15 a 19 anos, E de 20 a 24 anos, F de 25 a 29 anos, G de 30 a 34 anos, H de 35 a 39 anos, I de 40 a 44 anos, J de 45 a 49 anos, K de 50 a 54 anos, L de 55 a 59 anos, M de 60 a 64 anos, N de 65 a 69 anos, O acima de 70 anos

Com relação a família 3 (Goethe) os membros são distribuídos da seguinte forma, 2 com menos de 14 anos, 3 numa faixa etária de 35 a 54 anos e 1 na faixa etária de 65 a 69 anos. No assunto escolaridade, apenas 1 completou o primeiro grau e os outros 5 tem o primeiro grau incompleto.

Quadro 4: Distribuição do núcleo familiar por escolaridade

Discriminação	Escolaridade **					
	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Fund. Completo	Ens. Méd. Incompleto	Ens. Méd. Completo	Ens. Sup. Incompleto	Ens. Sup. Completo
Família 1 (Isabel)	1	1	2	1	0	0
Família 2 (Bordô)	0	2	0	2	0	0
Família 3 (Goethe)	5	1	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

** 1 Ensino fundamental incompleto, 2 Ensino fundamental completo, 3 Ensino médio incompleto, 4 Ensino médio completo, 5 ensino superior completo, 6 ensino superior incompleto.

Todas as famílias moram em imóvel rural próprio, têm acesso a rede elétrica, possuem celular e a água vem de poço artesiano. Com relação ao acesso a crédito, todas as famílias disseram utilizar o crédito disponibilizado pelo governo federal e apenas uma disse que também utilizava o crédito fornecido pela firma, no caso, uma fumageira.

Duas das famílias disseram não ter assistência técnica, apenas uma disse que esporadicamente recebia assistência técnica agrônômica. A cultura principal destas famílias é a uva, a família 1 (Isabel) declarou ter 3,0ha de parreiras, a família 2 (Bordô) declarou ter 7,0ha e a família 3 (Goethe) disse ter 2,5ha.

É importante destacar também que a família 2 (Bordô) está implantando uma hectare de uva merlô para produção de vinho fino e também diversificou com a produção de fumo, e eles justificam essa idéia pela necessidade de aproveitar uma oportunidade de ganho que esta acontecendo no momento e reinvestir na vinícola, pois, segundo eles é essa a meta principal.

Nas 3 famílias a criação de animais ficou em plano secundário, com a criação de aves, porcos, ovelhas e vacas apenas para auto-consumo. Com relação ao processamento da produção a família 1 (Isabel) e 3 (Goethe) afirmam produzir geléias, compotas e sucos apenas para o consumo. Enquanto que a família 2 (Bordô) tem estruturada uma pequena agroindústria para o beneficiamento da uva de acordo com o quadro 8 abaixo.

O quadro 5 apresenta uma realidade de beneficiamento da produção pela família 2 (Bordô), que passa a encarar o risco da aquisição de equipamentos, e da entrada num mercado competitivo e começa a ter ganhos sobre essa ação empreendedora. Mas argumentaram que as maiores dificuldades são em relação a fixação da marca e abertura de mercado, que tem marcas consagradas. No quadro número 4 que caracteriza a família nota-se que ela é a menor, mas por outro lado é aquela que tem o maior número relativo de pessoas em idade produtiva, também tem como destaque a formação profissional. Ou seja, os dois filhos que estão na faixa dos 30 anos têm formação técnica e estão tendo a oportunidade de colocar em prática os conceitos aprendidos.

A agroindústria permitiu à família beneficiar sua uva “in natura” e com isso obteve maior valor agregado, ou seja, ao produzir vinhos finos, suco, espumante e grapa, consegue um faturamento maior, em função de desenvolver mais uma atividade na cadeia produtiva e

com isso amplia sua rentabilidade, já que a matéria-prima (uva) quando comercializada para consumo tem valor significativamente menor no mercado, se comparada com os vinhos e demais produtos derivados.

Ao desmembrar as atividades econômicas do setor primário, com olhar nos sistemas agropecuários familiar, da cultura da uva, se desvendou um leque de alternativas de geração de bens e serviços. Várias oportunidades na agropecuária podem ser implementadas, principalmente, agroindustriais que proporcionarão maior valor agregado aos produtos “in natura”, embora devam merecer tratamentos mais qualificados de análise de mercado visto as particularidades específicas de cada atividade rural.

Dentre as famílias visitadas também chamou a atenção, o interesse dos integrantes da família 2 (Bordô) em apresentar seu local de produção, ou “cantina”, para os visitantes, pessoas que ao conhecer o processo produtivo, tem a oportunidade de comprar os produtos, uma espécie de estratégia de apoio ao turismo, mas com forte impacto na venda e divulgação dos produtos.

Quadro 5: Produção da família 2 (Bordô)

PRODUTO	QUANTIDADE ANUAL COMERCIALIZADA
Vinho	35.000 litros
Vinhos finos	3.000 litros
Suco de uva	1.000 litros
Espumante	500 litros
Grapa	200 litros
Cooler	2.000 litros
Cachaça envelhecida	1.000 litros

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

O cultivo da uva que tem tradição por ter vindo com os imigrantes europeus, apresenta uma relativa estabilidade ao longo das últimas décadas, ou seja, a área plantada tem permanecido quase a mesma e conseqüentemente sua produção, que tem se alterado basicamente, em função de fatores climáticos. A questão da tecnologia tem sido pouco explorada na grande maioria dos parreirais, tanto em sementes, adubação e tratamentos culturais, como na especialização da mão-de-obra. Salvo algumas famílias que processam a uva para produzir vinhos, sucos, geléias e outros similares, ampliando as possibilidades de renda e sustentabilidade do estabelecimento.

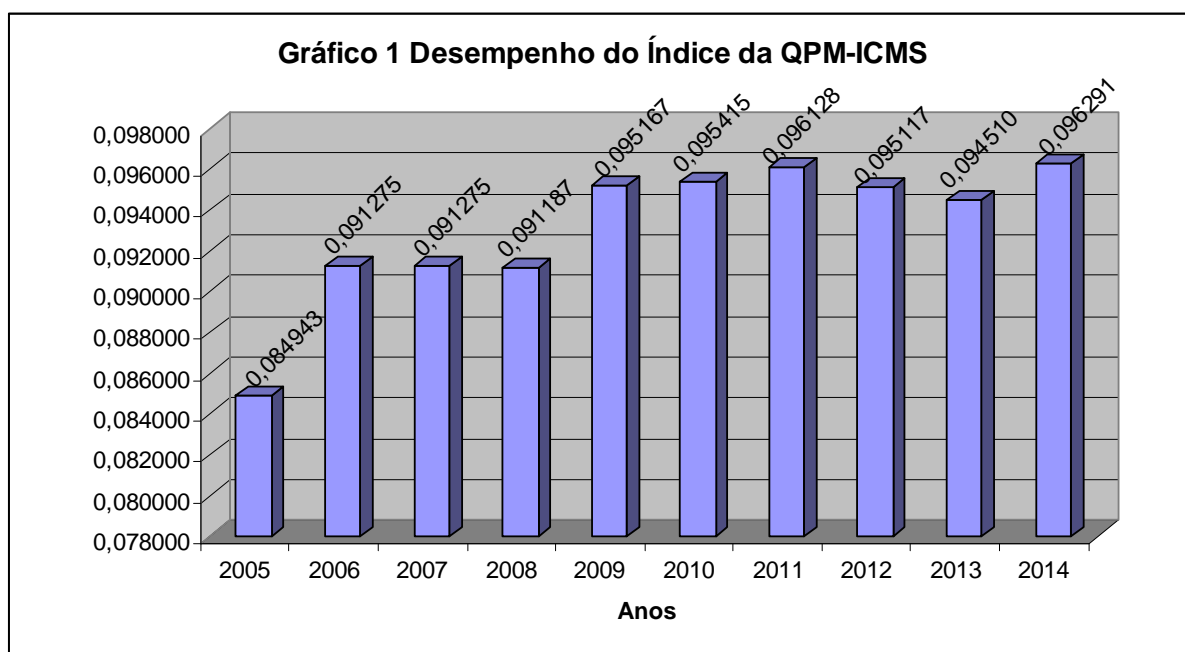
O município carece de equipe especializada e de infraestrutura adequada para atender o contribuinte urbano e rural, na orientação para desenvolver um sistema de informações que possibilite ter uma visão antecipada da produção individual de cada empreendimento.

3 O DESEMPENHO DOS SETORES PRODUTIVOS NO MUNICÍPIO DE JAGUARÍ.

O Índice da Quota-Parte Municipal – QPM, ou Índice de Retorno do ICMS, representa a participação de cada município no fundo constituído por 25% dos valores arrecadados do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência do estado.

O Valor Adicionado tem fundamental importância por participar com 75% sobre os 25% destinados às administrações locais, ou seja, três quartos têm por base o valor agregado do município. Os demais 25% restantes tem por base as variáveis descritas na Tabela 1.

De acordo com o Gráfico 1, a seguir, o desempenho do índice da QPM-ICMS oscilou, mas com certa evolução positiva, ao longo do período que vai do exercício de 2005 até 2014. Inicialmente, a referida oscilação deu-se em função das dificuldades globais de 2008 e 2009, atingindo todas as atividades produtivas da maioria dos municípios brasileiros. Já em 2012 e 2013 ocorreram dificuldades internas, principalmente pela instituição da nova matriz econômica instituída pelo governo federal. Desde 2005 o maior índice conseguido pelo município (0,096167) em 2009 somente foi superado em 2014 (0,096291), acredita-se que em função dos novos incentivos municipais, na busca de processos agroindustriais, por entender que ao transformar produtos primários como a cultura da uva, aumenta e tem maior impacto no desempenho do valor da produção e das finanças municipais, através das transferências intergovernamentais, tanto estadual como federal.



Fonte: Elaboração dos Autores, com base em dados da SEFAZ RS.

Ainda com base no Gráfico 1, como o valor adicionado participa com 75% do referido índice, quaisquer variáveis de produção podem causar impacto no seu desempenho, tais como, estiagem (pela queda na produção primária), queda nas atividades comerciais de distribuição, de vendas a varejo, bem como nas agroindústrias.

4 O VALOR AGREGADO DE PRODUTORES TRADICIONAIS E AGROINDUSTRIAL DO DISTRITO DE CHAPADÃO, NO MUNICÍPIO DE JAGUARÍ/RS.

Como já foi salientado neste estudo, o valor adicionado corresponde ao acréscimo de valor no processo produtivo. Diante desta análise pode-se constatar que os produtores de uva tradicional contribuem com a etapa da produção de uva, enquanto o produtor de uva para fins agroindustriais, consegue participar de mais uma etapa do processo produtivo da cultura da uva, criando com isso, possibilidade de maior valor agregado e consequentemente gerando maior riqueza individual e coletiva, através de impostos e valor da produção.

Pode-se constatar no quadro 6 a seguir, que os três produtores cultivam diferentes quantidades de área de terra, conseguem diferentes quantidades de produção física de uva, bem como valores com pouca diferença na venda final para os produtores de uva “in natura”,

mas já o produtor que industrializa sua produção de uva, apesar de menor preço da matéria prima, dada a quantidade maior, consegue em valores globais um desempenho mais elevado da sua produção, apesar de considerar o custo de produção e de venda da matéria prima menor, em função de ser destinado ao próprio estabelecimento agroindustrial. Obteve uma produção maior, mas cultivou área maior (7,0 ha), com parte da cultura colocada à disposição para melhoria das espécies a serem cultivadas e/ou em estado de crescimento.

Quadro 6 – Cultivo da Uva por 3 Famílias do Distrito de Chapadão, Jaguari – RS, Nov/2009.

Culturas	Área Cultivada	Número Lavouras	Produção (Em Ton.)	Preço médio (Em R\$)	Valor da Produção	Tem Sócio?
UVA 1	2,5 Ha	1	36	0,75	27.000,00	Não
UVA 2	3,0 Ha	1	45	0,60	27.000,00	Não
UVA 3	7,0 Ha	2	65	0,50	32.500,00	Não

Fonte: Elaboração dos Autores, com base na Pesquisa de Campo.

Já o produtor de uva, não satisfeito com o valor obtido pela produção e comercialização em feiras, mercados e supermercados, disponibilizou de recursos para implantação de agroindústria, com criação de logomarca e estruturação de logística de distribuição dos produtos industrializados. Inclusive, com qualificação de mão de obra especializada na cultura da uva e sua respectiva industrialização. Dessa maneira, consegue participar de mais uma etapa do processo produtivo do vinho e seus derivados, tendo como consequência, maior valor agregado, como é demonstrado na quadro que se segue.

Quadro 7 – Agroindústria Caseira, Família 3 do Distrito de Chapadão, Jaguari – RS, 2009.

Produto	Quantidade anual Comercializada	Tipo de Comercialização	Preço Unitário Recebido (l)	Valor Total
Vinho	35.000 litros	1; 4	3,00	105.000,00
Vinhos finos	3.000 litros	1; 4	10,00	30.000,00
Suco de uva	1.000 litros	1	6,00	6.000,00
Espumante	500 litros	1; 4	12,00	6.000,00
Grapa	200 litros	1; 4	20,00	4.000,00
Cooler	2.000 litros	1; 4	4,00	8.000,00
Cachaça envelhecida	1.000 litros	1	6,00	6.000,00
TOTAL	42.700 litros		TOTAL	165.000,00

Fonte: Elaboração dos Autores, com base na Pesquisa de Campo.

Produtos: Salames, Queijos, Vinho, Aguardente, Geléias, Cucas, etc.

Tipo de Comercialização: 1 - Na propriedade; 2 - Feira livre; 3 - Atravessador; 4 – Outros: Representante.

No quadro 7 a seguir, percebe-se que da produção de 65.000 Kgs. de uva, transformada em vinho tradicional, vinhos finos, suco de uva, espumante, grapa e cooler, obteve um valor agregado muito significativo e importante, tanto para o produtor agroindustrial, como para toda a coletividade jaguariense, atingindo um valor adicionado total

de R\$ 165.000,00 – que descontado o valor da matéria prima de R\$ 32.500,00 – foi ampliado em R\$ 132.500,00. Ou seja, um valor médio de R\$ 23.571,42 por hectare. Enquanto os produtores de uva com cultivo tradicional e venda da produção “in natura” conseguiram valor médio de R\$ 10.800,00 e R\$ 9.000,00 por hectare, respectivamente. Dessa forma, apesar de utilizar maiores recursos de produção, tanto físico como de conhecimento, o aumento da complexidade das atividades produtivas, a busca pela transformação da produção “in natura” para produtos industrializados vai proporcionar ao município de Jaguari acréscimo significativo no valor agregado. Situação que os produtores rurais nas suas diversas atividades primárias, conjuntamente com o poder público, seja ele, estadual ou municipal, devem envidar esforços visando ampliar as atividades agroindustriais a nível local.

Diante de outro aspecto, o município está limitado na sua arrecadação tributária, principalmente de impostos de competência própria, precisa para fazer frente às demandas da população local, buscar alternativas para ampliar a disponibilidade de recursos públicos. Sendo assim, entende-se que a melhor alternativa é a ampliação do valor adicionado municipal, tendo em vista que a atividade primária está isenta e/ou diferida de impostos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo descrever e analisar o desempenho do valor adicionado no município de Jaguari/RS, no período entre 2008 e 2011, bem como realizar comparativo entre produtores de uva tradicional e agroindustrial.

Considerando que o valor adicionado é a soma de custos que as empresas agregam aos bens e serviços ao participarem do processo produtivo de cada atividade, desde a matéria-prima até o consumidor final; que o desempenho dos grupos de atividades oscilaram ao longo do período estudado, tendo como causas as dificuldades de endividamento na Europa nos anos de 2008 e 2009 e que de certa forma atingiu o Brasil, os estados e até os municípios, em vários fatores, tais como redução no consumo dos consumidores e principalmente, dos governos, através da diminuição dos gastos públicos, onde o tombo não foi maior tendo em vista que o governo federal adotou medidas adequadas para superar as dificuldades e o município em comento tem uma pauta de exportação bastante reduzida, configurada na venda de soja para o exterior.

Já o desempenho de 2010 cresceu significativamente em função do aquecimento da economia interna através dos gastos públicos que impactou em todos os setores da economia, atingindo uma variação de 7,5% do Produto Interno Bruto – PIB, que refletiu na atividade produtiva local.

Quanto ao índice da QPM-ICMS o impacto é maior e mais sensível, pois tem 75% de participação baseado no valor adicionado local e estadual, ou seja, as variações tanto em nível local como em nível estadual, para mais ou para menos, vão refletir no seu desempenho.

Ressalta-se que as possibilidades de atuação em nível local é limitada, mas que pode contribuir para um aumento na participação, desde que busque mecanismos de controle e incentivos, além de atuar na busca de empreendimentos que venham agregar maior valor e volume de produção no município.

Desta maneira, considerando as principais variáveis do valor adicionado, o contexto do processo produtivo, principalmente por ter produção primária significativa. Também, o comparativo entre produtores tradicionais que vendem uva “in natura” e produtor que industrializa sua produção de uva, pode-se constatar que o valor adicionado aumenta significativamente, proporcionando ganhos individuais e coletivos. Conclui-se que ao longo do período analisado ocorreram oscilações em função de fatores externos em relação ao

município de Jaguari/RS, mas que fatores de âmbito nacional vieram a contribuir para aumentar o índice da QPM-ICMS para o ano de 2010, que tem reflexo nas finanças municipais de 2012. Já o comparativo entre produtores tradicionais e agroindustrial, fica demonstrado a diferença significativa no aumento do valor adicionado. Além disso, os investimentos em processos agroindustriais tem a possibilidade de ampliar o valor agregado em diversas atividades, como é o caso da produção de uva, que pode ser transformada em produtos como vinho, sucos, geléias.

Por outro lado, no âmbito local, é necessário orientar e sensibilizar empresários e produtores rurais da importância para a comunidade do correto registro de suas atividades econômicas, proporcionando maior participação no valor adicionado do Estado do Rio Grande do Sul. Com relação aos novos empreendimentos, além de ampliar o controle das empresas incentivadas, sugere-se pensar na possibilidade de destinar prêmios e incentivos para diversos ramos de atividades que venham a se destacar nos seus respectivos setores, com maior valor adicionado per capita.

REFERÊNCIAS

- ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?:** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 96p.
- BERBEL, José D. Spósito, **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº. 145, janeiro/fevereiro de 2004.
- BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 337p.
- DUFUMIER, M. **Les Projets de Développement Agricole. Manual d'Expertise**. Paris: Ed. Khartala/CTA, 1996.
- GIAMBIAGI, Fabio. **Reformas no Brasil: balanço e agenda**. Rio de Janeiro: Pioneira, 2004.
- MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2001.
- MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 520p.
- MONTORO FILHO, André F. **Contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 1992.
- NASCIMENTO, Edson R. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- NEVES, Silvério das. VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade avançada**, 13 ed., São Paulo: Frase, 2004.
- NEUMANN, P. e S. Diesel, V. Histórico de Ocupação social do espaço agrário na região central do RS. In FROEHLICH, J. M. , DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional: Estudos a partir da região central do RS**. Ijuí: Ed UNIJUÍ, 2004. 312p.
- OLIVEIRA, Luís Martins de, PEREZ JR. José Hernandez. SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- RODRIGUES, Manuel Salgueiro Júnior. In **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº. 151, janeiro/fevereiro de 2005.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, dados sobre municípios: valor adicionado, população, Produto Interno Bruto – PIB, finanças públicas, QPM-ICMS. Disponível em

http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/bcksel_municipio.asp?caption=Municípios,
acessado em 12/01/2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, dados sobre municípios: população, produção, área territorial dos municípios, finanças públicas. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em 26/01/2012.

SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA, dados sobre Valor Adicionado. Disponível em <http://www.sefaz.rs.gov.br/Cage/Servicos.aspx>, acessado em 05/01/2012.

PORTAL GESTÃO SOCIAL E CIDADANIA, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ: valor adicionado, população, PIB Total e Per Capita, etc... Disponível em <http://www.projetos.unijui.edu.br/cidadania/>, acessado em 26/01/2012.